

O governo da vida*

Edgardo Castro

Doutor em Filosofia e professor na Escuela de Humanidades da Universidad Nacional de San Martín. Publicou diversos livros sobre a obra de Michel Foucault, incluindo *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RESUMO:

O texto procura traçar na obra de Michel Foucault o percurso que o filósofo francês percorreu até situar a emergência dos conceitos de biopoder e biopolítica com o objetivo de aclarar os desdobramentos teóricos atuais sobre o uso destes conceitos.

Palavras-chave: Michel Foucault; biopoder; biopolítica

ABSTRACT:

The text seeks to indicate in Michel Foucault's works the course that the French philosopher has gone until he pointed out the emergence of the concepts of biopower and biopolitics with the objective of clarifying the current theoretical outspread on the use of these concepts.

Keywords: Michel Foucault; biopower; biopolitics

* O presente texto é tradução do segundo capítulo de *Lecturas foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica* (2011). La Plata: Unipe Editorial Universitaria, pp. 27-51.

1. Quer se trate da medicina, do exercício do poder soberano do Estado, da guerra ou da economia, uma tese geral domina a análise foucaultiana do biopoder: “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e com o copo” (Foucault, 1994: t. III, p. 210). Por isso, segundo Foucault, nem o conceito de repressão, nem o de lei, nem o de guerra dão conta das formas específicas pelas quais isso se leva adiante. Na modernidade, a vida biológica dos homens não é simplesmente um dado originário que se possa reprimir, algo que se possa reclamar, por si, o direito de ser o que é ou o que está em jogo como tal, quando se exige a morte para enfrentar o inimigo. Na modernidade, a vida biológica é produzida e administrada. Poder-se-ia dizer inclusive que — na modernidade, insistimos — a vida é objeto de biologização, de normalização biológica. Porém, ela é, também, o que nunca fica exaustivamente retido nos mecanismos que pretendem controlá-la; sempre os excede e deles escapa. As categorias de governo e de governamentalidade encaminham a análise foucaultiana do biopoder, e buscam precisamente dar conta de um e outro.

A tarefa que nos propomos no presente momento é mostrar como tomam forma, no pensamento de Foucault, as categorias de biopolítica e biopoder, com as quais, precisamente, ele busca dar conta da normalização biológica da espécie humana, e como elas o conduziram à problemática da governamentalidade.

Gênese de um paradigma

2. As leituras biopolíticas representam uma das correntes interpretativas atualmente mais relevantes dos trabalhos de Foucault. O conceito de biopolítica circula com uma pluralidade de sentidos pelos mais variados contextos. Chama a atenção, precisamente por isso, que o termo apareça apenas três vezes nos livros publicados por Foucault. Dentre as mais de

3.000 páginas que os compõem, apenas umas quinze dele se ocupam (cf. Foucault, 1976: pp. 177 et seq.). De outro lado, na literatura foucaultiana até meados da década de 1990, este conceito tampouco parece ter um lugar particularmente significativo. Como surgiu e tomou forma, então, a corrente biopolítica foucaultiana? Uma série de fatores concorrentes deve ser levada em conta.

Em primeiro lugar (não necessariamente por sua importância), a aparição dos quatro volumes de *Dits et écrits* em 1994, onde encontram-se compilados os artigos, conferências, debates ou mesas redondas publicados por Foucault ou destinados à publicação, mas de modo disperso. No período que vai de 1954 a 1988, estes quatro volumes, ainda que não incluam todo o material disponível, têm a vantagem de oferecer a sua maior parte: 364 textos que ocupam outras 3.000 páginas, reunidos cronologicamente. Em conjunto e nesta ordem, oferecem uma imagem de Foucault que não necessariamente se percebe através de seus livros ou da dispersão de suas outras publicações. Em *Dits et écrits*, por conseguinte, encontramos, diferentemente de seus livros, com um trabalho incessante, sem cortes, porém com pacientes deslocamentos. Sobre o fundo desse trabalho ininterrupto, a problemática da biopolítica aparece de maneira mais definida quanto à sua importância e localização no percurso intelectual de Foucault.

Outro fator, de maior envergadura que o anterior, foi a edição de suas aulas. Foucault proferiu treze cursos no Collège de France, de 1970 a 1984. Eles circulavam apenas parcialmente e de modo muito limitado através de apontamentos e gravações dos ouvintes (do primeiro curso publicado em francês, de fato, havia uma edição, em italiano e espanhol, com o título de *Genealogía del racismo*). Porém, a partir de 1997, iniciou-se a edição em francês, com notas dos editores e uma análise da situação de cada curso. Até este momento apareceram nove. O primeiro foi o curso de 1975-1976, *Il faut défendre La société*, e o

último o de 1970-1971, *Leçons sur la volonté de savoir*. Somam-se, deste modo, cerca de 3.000 páginas a mais de material facilmente acessível. Em três dos cursos já publicados, Foucault se ocupa da biopolítica: *Il faut défendre la société*, *Sécurité, territoire, population* e *Naissance de la biopolitique*. O primeiro, como acabamos de assinalar, apareceu em 1997 e os outros dois, conjuntamente em 2004.

Considerando todo este material, à guisa de indicação meramente quantitativa, encontramos, agora, com o termo “biopolítica” aparecendo umas 56 vezes entre 1976 e 1988, e o outro termo estreitamente vinculado, “bio-poder”, umas 49 vezes entre 1976 e 1983¹. A biblioteca foucaultiana, como vemos, ampliou-se notavelmente nos últimos 15 anos e isso diz respeito de maneira particular à biopolítica.

Em relação à relevância que assumiu o conceito de biopolítica, há uma razão mais que quantitativa. O tomo I da *Histoire de la sexualité*, em cujas páginas finais aparecem os conceitos de biopolítica e biopoder, culminava com algumas considerações gerais sobre a relação entre o dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade no nazismo e a psicanálise. Oito anos mais tarde, o volume II nos transporta à Grécia clássica, à problemática ética do prazer ou, melhor, do uso dos prazeres nos tempos de Platão e Aristóteles. Esta ética grega dos prazeres dos séculos VI-V está colocada em termos de governo de si e governo dos outros. Deste modo, a problemática antropológica, presente desde o início do percurso intelectual de Foucault, desloca-se da questão da desaparecimento do sujeito e da morte do homem nas mãos da demiurgia do

¹ Sobre o termo “biopolítica” as referências precisas são: Foucault, 1994: t.III, pp. 95, 97, 723, 818; t. IV, pp. 193-194, 826; Foucault, 1976: pp. 183, 185, 188; Foucault, 1997: pp. 216-219, 234; Foucault, 2004b: pp. 23, 25, 53-54, 86, 124, 225-226, 339, 368-370. O termo “biopoder”, por sua vez, aparece nas seguintes obras: Foucault, 1976: pp.184-186, 189; Foucault, 1997: pp. 213, 216, 220-221, 226-234; Foucault, 1994: t. III, p. 231; t. IV, pp. 198, 386; Foucault, 2004b: pp. 3, 23, 25.

saber para o estudo das práticas de subjetivação e dos jogos de verdade. A descrição da biopolítica moderna é uma das dobradiças desta virada.

Além destas razões quantitativas e conceituais, internas à obra foucaultiana, é o momento de compreender a formação da corrente biopolítica, e também é necessário considerar a problemática em si mesma e suas projeções. Poder-se-ia dizer que Foucault adiantou-se no estudo de alguns temas cuja verdadeira importância somente apareceria claramente mais adiante: a medicalização da vida e a questão do liberalismo e do neoliberalismo. Por exemplo, suas aulas sobre o neoliberalismo são do início de 1979, ano em que Margaret Thatcher se converteria na primeira ministra e dois anos antes de Ronald Reagan ser eleito. Mas o interesse de Foucault, para além da atualidade que tiveram ou podem ter seus temas, é mostrar como esta atualidade se inscreve na constituição da modernidade europeia desde os começos do século XVIII.

Por último, outro fator que impulsionou as leituras biopolíticas foi o fato de que houve uma espécie de recepção antecipada, *avant la lettre*. Neste sentido, alguns trabalhos, em especial *Homo sacer*, de Giorgio Agamben, desempenharam um papel de primeira grandeza. O livro de Agamben é de 1995, dois anos antes da aparição do primeiro curso de Foucault publicado na França. Entre as concepções biopolíticas de Agamben e Foucault existem não poucas diferenças, mas um dos efeitos interpretativos destas diferenças é o de haver preparado o terreno para que os temas abordados em seus cursos no Collège de France entrassem em relação com os temas e autores que Foucault havia se ocupado pouco, como Walter Benjamin, ou estavam completamente ausentes, como Carl Schmitt e Alexandre Kojève.

Outras arqueologias

3. A passagem da morte do homem e da desaparecimento do sujeito às práticas de subjetivação e aos jogos de verdade ou, em outras

palavras, da análise das ciências e das contra-ciências ao governo de si e dos outros, começa a se gestar com uma ampliação geral do projeto arqueológico que remonta já à época de *L'Archéologie du savoir*.

Les Mots et les choses (1966) se subintitula *Une archéologie des sciences humaines*. Contudo, não é uma história das ciências humanas, mas uma arqueologia. Frequentemente Foucault distingue entre suas conclusões aquelas que podem levar à aplicação do método histórico no campo das ideias, das ciências e das disciplinas e as que conduzem à arqueologia. A mais importante destas diferenças concerne à noção de descontinuidade: onde a história tradicional das ideias se preocupava em mostrar como a verdade abria caminho através dos séculos eliminando o erro, a arqueologia descreve, ao contrário, as condições de possibilidades que estabelecem o que pode ser dito numa determinada época. Estas condições, de outro lado, são idênticas para os diferentes saberes de uma mesma época, mas distintas das condições de possibilidade de outras épocas. Entre as condições de possibilidade de uma época, para remeter às que Foucault se serve do termo “episteme”, e as de outra época, entre o Renascimento e a Época clássica (séculos XVII e XVIII), por exemplo, a relação é de ruptura e descontinuidade. Servindo-nos de uma imagem espacial, poder-se-ia dizer que onde a história tradicional das ideias seguia um trajeto horizontal, mais ou menos retilíneo, a arqueologia, ao contrário, instala uma visão vertical.

Porém, em *Les Mots et les choses*, Foucault dificilmente abandona o nível descritivo. Os problemas de método (o que é propriamente uma episteme?, como descrevê-la?, qual estatuto conferir à descontinuidade?) são sempre relegados a uma obra futura, de próxima aparição: *L'Archéologie du savoir* (1969).

Esta obra não é simplesmente a explicitação do método utilizado em *Les Mots et les choses*, *Histoire de la folie* e *Naissance de la clinique*, seus três grandes trabalhos arqueológicos; introduz, também, algumas observações

de carácter crítico a respeito da noção de episteme, considerada agora como demasiado monolítica, e da orientação geral da arqueologia.

Quase ao final do livro, Foucault se pergunta sobre a possibilidade de outras arqueologias, que não tenham por objeto a episteme: uma arqueologia da ética, uma arqueologia da pintura e uma arqueologia da política (cf. Foucault, 1969: pp. 251-255). Não sabemos quanto trabalhou Foucault na tarefa de levar a cabo uma arqueologia da pintura (ainda que alguns trabalhos a esse respeito tenham sido publicados recentemente), mas a respeito de uma arqueologia da ética e de uma arqueologia da política a situação é diferente.

Segundo *L'Archéologie du savoir*, a arqueologia da ética devia tomar a forma de uma arqueologia da sexualidade. Foucault a elaborou em seus cursos do Collège de France dos anos 1973-1975, nos cursos dos últimos anos e nos três volumes de *Histoire de la sexualité*. Entre estes cursos e estes livros há uma correspondência temática. Como também entre os cursos de 1971 a 1973 e *Surveiller et punir*. Seus cursos, neste sentido, podem ser vistos como a canteira teórica dos livros.

Da arqueologia da política ele se ocupou nos cursos dos anos 1975-1980; mas, excetuando as páginas finais de *La Volonté de savoir*, não há nenhum livro que corresponda a estes cursos. Trata-se, por isso, de uma canteira aberta. Perguntado em 1983, um ano antes de sua morte, sobre esta ausência, a razão pela qual não publicou uma genealogia do biopoder, Foucault responde: “Não tenho tempo para fazê-la agora, mas poderia fazê-la. É necessário que seja escrita” (Foucault, 1994: t. IV, p. 386).

A positividade da política

4. A ausência desta genealogia do biopoder coloca-nos uma questão sobre a qual o próprio Foucault foi particularmente sensível: como servir-se da canteira foucaultiana?; como utilizar esta biblioteca ampliada? Um das questões mais relevantes colocadas em *L'Archéologie du savoir*

é precisamente a de determinar o valor das categorias com as quais abordamos habitualmente a história das ideias: livro, obra, etc...

A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe certo número de opções que não são fáceis de justificar e de formular. É suficiente agregar aos textos publicados pelo autor os que ele projetava entregar para publicação, e que acabaram inconclusos devido a sua morte? Deve-se integrar o que foi esboço, primeiro projeto, correções e rascunhos de livros? Deve-se agregar os esboços abandonados? E, qual estatuto conferir às cartas, às notas, às conversações relacionadas, às declarações transcritas por ouvintes, em suma, a todo este imenso formigueiro de rastros verbais que um indivíduo deixa quando morre e que falam, em um entrecruzamento indefinido, linguagens diferentes (Foucault, 1969: 35).

No caso dos primeiros e dos últimos cursos no Collège de France, neste “imenso formigueiro de rastros verbais”, para balizar os “entrecruzamentos indefinidos”, dispomos dos livros, que são a expressão publicada por Foucault de suas pesquisas. Mas, como dissemos, não ocorre o mesmo com os cursos biopolíticos. Isto explica, pelo menos em parte, a variedade das leituras biopolíticas e torna imprescindível um esforço hermenêutico maior. Portanto, não somente por razões exegéticas, mas de compreensão da política em si mesma, uma leitura biopolítica de Foucault não pode deixar de colocar as questões de método. Voltaremos a isso repetidas vezes ao longo de nossa exposição²; para o momento, são suficientes algumas indicações de *L'Archéologie du savoir*, e para tal tomamos licença para uma extensa citação:

Tratar-se-ia de ver [em uma arqueologia da política] se o comportamento político de uma sociedade, grupo ou classe está atravessado por uma prática discursiva determinada e descritível. Esta positividade não coincidiria, evidentemente, nem com as

² O autor se refere ao capítulo final do seu livro *Lecturas foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica*, intitulado “Modernidad y cinismo: el bíos foucaulteano” (N.T.).

teorias políticas da época, nem com as determinações econômicas. Ela definiria aquela parte da política que pode ser objeto de enunciação, as formas que esta enunciação pode tomar, os conceitos utilizados e as opções estratégicas que nela operam. Este saber, em vez de analisá-lo — o que sempre é possível — em relação à espíteme que pode dar lugar, seria analisado em relação aos comportamentos, às lutas, aos conflitos, às decisões e às táticas. Deste modo, apareceria um saber político que não é da ordem de uma teorização que viria depois da prática nem da ordem da aplicação da teoria, pois ele se forma regularmente por uma prática discursiva que se descola de outras práticas e se articula sobre elas, não é uma expressão que ‘refletiria’ de maneira mais ou menos adequada determinado número de ‘dados objetivos’ ou práticas reais. Ele se inscreve, desde o início, no campo de diferentes práticas. Ali encontra, por sua vez, sua especificação, suas funções e a rede de suas dependências (Foucault, 1969: 254).

A modernização da vida

5. Para explorar a canteira biopolítica foucaultiana, convém iniciar com algumas observações a respeito do uso dos conceitos de biopolítica e biopoder, e também sobre a gênese, na obra de Foucault, da problemática por eles colocada.

Como vimos, ambos os termos, “biopolítica” e “biopoder”, aparecem em Foucault quase com a mesma frequência e no mesmo período. Para além das significações que logo adquiriram no debate biopolítico, sem nos limitarmos aos trabalhos de Foucault, vemos que o conceito de biopoder (Foucault o escreve sempre com um roteiro) é utilizado em um sentido geral e em outro mais restrito. Em seu sentido geral, o biopoder inclui dois eixos que se entrelaçam: as disciplinas ou a anatomopolítica do corpo dos indivíduos e a biopolítica da população (cf. Foucault, 1976: 183-184; Foucault, 1994: t. III, 231). Em outros textos, por sua vez, Foucault o emprega com um sentido mais delimitado, como sinônimo de biopolítica (cf. Foucault, 1997: 216, 220, 226, 231, 252; Foucault, 2004b: 2, 23). De outro lado, para falar do biopoder em seu sentido

geral, Foucault se serve também da expressão “somato-poder” (Foucault, 1994: t. III, 231).

6. Segundo a cronologia estabelecida em *Dits et écrits*, “La naissance de la médecine sociale” aparece entre os textos correspondentes a 1977. Foi publicado naquele ano na *Revista centroamericana de ciencias de la salud*. Trata-se de uma conferência que Foucault pronunciou em 1974 no Rio de Janeiro. Não é possível estabelecer se o texto publicado em 1977 corresponde exatamente à conferência de 1974 ou se é uma versão mais tardia. Se for o primeiro, será também a primeira aparição do conceito de biopolítica. Seja como for, já em uma mais que chamativa página de *L'Archéologie du savoir* (na qual, certamente, não figuram os termos “biopolítica” ou “bio-poder”) o conceito aparece claramente definido.

Para esclarecer com um exemplo o que se deve entender por positividade de uma formação discursiva, Foucault remete aqui às relações que podem ser estabelecidas, de um ponto de vista arqueológico, entre a prática política e o discurso médico. Estas relações, afirma, são “muito menos ‘imediatas’ que a expressão, mas muito mais diretas que as de uma causalidade projetada pela consciência de sujeitos falantes” (Foucault, 1969: 213). Descrever a positividade do discurso médico, portanto, implica mostrar como a prática política toma parte das condições de emergência do discurso médico. Noutras palavras, a prática política moderna abriu o campo (Foucault se expressa na realidade no plural) para a aparição de novos objetos médicos. Neste contexto, afirma:

[...] estes campos estão constituídos pela massa da população administrativamente enquadrada e controlada, avaliada segundo determinadas normas da vida e da saúde, analisada segundo as formas dos registros documentais e estatísticos. Estes campos se constituíram também pelos grandes exércitos populares da época revolucionária e napoleônica, com sua forma específica de controle médico; constituíram-se também pelas instituições de assistência hospitalar que foram definidas, até fins do século XVIII e início

do XIX, em função das necessidades econômicas da época e da posição recíproca das classes sociais (Foucault, 1969: 214).

Medicina e biopoder: o nascimento da medicina social

7. “La naissance de la médecine sociale” é, de fato, uma breve história das etapas através das quais se instaurou, no Ocidente, o moderno sistema médico-sanitário. No início desta conferência, Foucault retoma três pontos sobre os quais insistira antes: a aparição de uma bio-história (a espécie humana entra na história, e o moderno sistema médico-sanitário permite, desse modo, intervir na espécie biológica), a integração da saúde nos mecanismos da economia (convertida, por exemplo, em produto de consumo) e a medicalização (a existência dos indivíduos se converte cada vez mais em objeto médico).

A respeito deste processo de medicalização, Foucault parte de uma hipótese que contradiz a opinião segundo a qual, com o capitalismo, assistimos a um processo de privatização da saúde e do corpo.

Sustento a hipótese de que, com o capitalismo, não se passou de uma medicina coletiva a uma medicina privada, mas que se produziu precisamente o contrário. O capitalismo que se desenvolve até finais do século XVIII e início do XIX socializou, antes de tudo, um primeiro objeto em função da força produtiva, da força de trabalho do corpo. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetiva somente mediante a consciência ou a ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista o que importava acima de tudo era o bio-político, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade bio-política; a medicina é uma estratégia bio-política (Foucault, 1994: t. III, 210).

A socialização do corpo enquanto força produtiva, sem dúvida, é apenas a terceira das etapas do processo de medicalização do Ocidente ou, se quisermos, da modernização da vida biológica. A primeira corresponde à etapa alemã da medicina de Estado da *Staatwissenschaft*. Entre 1750 e 1770 ocorre na Alemanha, e na Prússia mais concretamente, a formação

de práticas médicas que têm como objetivo a população. Aqui, o conceito de *Medizinischepolizei* aparece em 1764. Segundo Foucault, a Prússia, onde não havia nem desenvolvimento político nem econômico, converteu-se, por esta razão, no primeiro Estado moderno (cf. Foucault, 1994: t. III, 212). A medicina de Estado surge neste contexto, a partir do interesse em administrar as forças do Estado em relação a eventuais conflitos políticos e econômicos. Na Alemanha, sustenta Foucault, o primeiro indivíduo normalizado foi o médico; na França, por sua vez, foram os canhões e os professores (cf. Foucault, 1994: t. III, 213).

Em um texto de época, *Der Streit der Fakultäten*, ao qual chamativamente Foucault não remete neste contexto, o mais célebre filósofo prussiano, observa:

[...] pois o governo tem necessariamente um grande interesse na maneira pela qual o médico trata a saúde do povo, está autorizado, por uma assembleia de membros eleitos por esta faculdade [de medicina] (os médicos praticantes), para controlar as maneiras do exercício público dos médicos mediante um *conselho superior da saúde* e regulamentos médicos. [...] estes dois elementos [havendo médicos e que não houvesse falsos médicos] constituem uma polícia, os regulamentos médicos concernem propriamente à polícia médica [*medizinische Polizei*] (Kant, 1972: 26).

A segunda etapa no caminho da socialização médica do corpo da população está representada pela medicina urbana que se desenvolveu na França entre 1750 e 1780. Trata-se, segundo Foucault, de um processo diferente do que teve lugar na Alemanha: não se desenvolve na relação com a estrutura do Estado, mas com a expansão das estruturas urbanas (cf. Foucault, 1994: t. III, p. 215).

Depois do Estado e da cidade, em terceiro lugar, a força de trabalho (os pobres, os proletários) se converteu no objeto e objetivo da medicalização social do Ocidente. Entre outras razões, a epidemia de cólera de 1832 foi uma das causas deste deslocamento na intervenção médica do Estado

(cf. Foucault, 1994: t. III, p. 224). Nesta terceira etapa, Foucault se interessa, sobretudo, pela Inglaterra, onde a medicalização das classes baixas, da força de trabalho, inscreve-se no marco da “lei dos pobres”, do controle político do proletariado. O sistema inglês, o Health Service, permitiu o estabelecimento de uma tripla estrutura: uma medicina de assistência para os mais pobres, uma medicina administrativa que se ocupou da vacinação e das epidemias e uma medicina privada para os que podiam custeá-la. Esta estrutura de saúde terminou impondo-se, pois resultava “menos opressiva” que a medicina de Estado alemã e, diferentemente da medicina urbana francesa, dispunha de “instrumentos precisos de poder” (Foucault, 1994: t. III, 228-229)³.

Soberania e biopoder

8. A última seção de *La Volonté de savoir* (1976), como assinalamos, é o único lugar em seus livros publicados em vida onde Foucault aborda explicitamente o conceito de biopolítica. Esta seção vem depois das páginas dedicadas à periodização do dispositivo da sexualidade (histerização do corpo feminino, pedagogização do sexo infantil, socialização das condutas procriadoras, psiquiatrização das condutas perversas). O funcionamento deste dispositivo se opõe, termo a termo, sublinha Foucault, ao dispositivo de aliança (as regras que regem os sistemas matrimoniais e patrimoniais dos nexos de consanguinidade).

Em relação a este dispositivo da sexualidade, a cronologia proposta por Foucault não coincide com a que surge da chamada “hipótese repressiva”, da qual tinha se ocupado nas páginas precedentes. A cronologia de Foucault é a das técnicas que deram origem e forma

³ Destas mesmas questões, resulta clara a influência do trabalho de George Rosen (*A History of Public Health*, 1958). Foucault se ocupa também em dois trabalhos publicados em 1976: “La politique de la santé au XVIIIe siècle” e “Crise de la médecine ou crise de l’antimédecine?” (Foucault, 1994: t. III, pp. 13-27 e 40-57, respectivamente).

ao dispositivo da sexualidade. Depois de mencionar as técnicas que remetem à pastoral penitencial do cristianismo, Foucault faz referência às novas técnicas, aparecidas desde os finais do século XVIII, “realmente independentes da temática do pecado” (Foucault, 1976: 154), com as quais, em âmbito pedagógico, médico e demográfico, o sexo se converte em uma questão laica e de Estado.

A seção final de *La Volonté de savoir* pode ser vista, por isso, como o marco teórico geral no qual deve inscrever-se a análise do dispositivo da sexualidade e sua oposição, termo a termo, ao dispositivo de aliança com incisão em grande medida jurídica. Foucault começa referindo-se ao poder soberano, em sua forma antiga absoluta (a *potestas* do *pater familias*) e moderna limitada⁴. Em ambos os casos, sustenta que se trata de um poder assimétrico, de fazer morrer ou deixar viver. Aplica-se à vida, passando pela morte (cf. Foucault, 1976: 178), pois desde o final do século XVII começou a instaurar-se, por sua vez, uma forma de poder que se exerce diretamente sobre a vida, um poder de fazer viver ou deixar morrer: o bio-poder com seus dois eixos, a anatomopolítica disciplinar do corpo humano e os controles regulatórios da biopolítica da população (cf. Foucault, 1976: 183).

Uma série de observações acompanha essa descrição geral: 1) o sexo ou, melhor, a sexualidade funciona como ponto de articulação entre anatomopolítica e biopolítica. O dispositivo de sexualidade combina técnicas disciplinares com técnicas regulatórias; 2) a formação do biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. Ela permitiu ajustar os processos de acumulação dos homens à acumulação

⁴ A respeito de sua forma moderna, Foucault se pergunta: “Deve-se concebê-lo como Hobbes, como a transposição para o príncipe do direito que cada um possuía no estado de natureza para defender sua vida ao preço da morte dos outros?” (Foucault, 1976: 178). Giorgio Agamben observará justamente que em Hobbes não se trata propriamente de uma delegação, mas de uma renúncia. Esta diferença interpretativa não é menor para a posição biopolítica de Agamben (Agamben, 1995: 121-122).

de capital; 3) este novo poder confere uma importância cada vez maior à norma, em detrimento dos dispositivos jurídicos. As sociedades modernas são, sobretudo, sociedades de normalização. Por isso, sustenta Foucault, “teria que falar de ‘bio-política’ para designar o que faz entrar na vida e em seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do saber-poder um agente de transformação da vida humana”; porém, imediatamente justifica dizendo que isso não significa “que a vida tenha sido exaustivamente integrada às técnicas que a dominam e administram; ela escapa sem cessar” (Foucault, 1976: 188).

Com esta administração da vida, a modernidade alcançou seu umbral biológico. A espécie humana, enquanto espécie biológica, passou a fazer parte das estratégias políticas.

Durante milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão sua vida de ser vivente (Foucault, 1976: 188).

9. Voltando a uma das questões criticamente retomadas no debate biopolítico pós-foucaultiano, qual relação coloca esta seção final de *La Volonté de savoir* entre soberania e biopoder? Nestas páginas, Foucault se expressa tanto em termos de “substituição” como de “recobrimento” (Foucault, 1976: 181, 183-184). Mas esta ambiguidade expressiva não dá lugar a nenhuma ambiguidade conceitual.

Em primeiro lugar, o dispositivo biopolítico não funciona do mesmo modo como funciona a lei. A biopolítica não se apropria da vida “para suprimi-la” (Foucault, 1976: 179), senão para administrá-la em termos regulatórios. Não se trata de “julgar a morte no campo da soberania, mas de distribuir o vivente em um domínio de valor e de utilidade” (Foucault, 1976: 189). Neste sentido, a biopolítica não nos revela o arcano do direito soberano, mas instaura uma forma diferente de exercício do poder.

Porém, em segundo lugar e pela mesma razão, pela especificidade da biopolítica, tampouco a soberania nos revela a essência desta. A formação do biopoder, o poder de administrar a vida, modificou o exercício do poder soberano de fazer morrer: “as guerras não se fazem em nome do soberano a ser defendido”, os genocídios não são “um retorno, hoje em dia, ao velho direito de matar” (Foucault, 1976: p. 180). As guerras e os genocídios se fazem em nome da vida biológica. Por isso, “os massacres voltaram a ser literalmente vitais” (Foucault, 1976: 180).

Em terceiro lugar, também devido às respectivas especificidades, as relações entre o dispositivo de soberania e o dispositivo do biopoder ou entre o dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade não são de sucessividade, senão de entrelaçamento. O dispositivo de soberania e a velha questão de sangue, sobre a qual se articula o dispositivo de aliança, foram utilizados para “vivificar e sustentar” (Foucault, 1976: 196-197) o moderno poder sobre a vida. A lei foi introduzida no dispositivo de sexualidade. O racismo moderno, biológico e de Estado, segundo Foucault, forma-se neste ponto. O nazismo, com sua eugenia em nome de um sangue e uma raça superior, foi a forma paradoxal deste movimento, “e a história quis que a política hitlerista do sexo fosse uma prática indesejável, enquanto que o mito de sangue se transformava no maior massacre de que, até então, os homens pudessem lembrar” (Foucault, 1976: 197). Com o racismo de Estado e o nazismo, também a psicanálise é vista por Foucault como uma estratégia para introduzir a questão da lei no dispositivo da sexualidade do moderno poder sobre a vida, para “convocar em torno do desejo toda a antiga ordem do poder” (Foucault, 1976: 198).

Guerra e biopoder

10. Como em *La Volonté de savoir*, também em *Il faut défendre la société* o conceito de biopoder aparece na parte final; neste caso, depois de um extenso percurso sobre o uso e as transformações do

conceito de guerra de raças. Ambos os trabalhos são contemporâneos e paralelos. Algumas considerações encontram aqui desenvolvimentos mais detalhados, por exemplo, a propósito do velho direito soberano, das relações entre o poder disciplinar e a biopolítica ou sobre o racismo. Outras desaparecem, como a referência à psicanálise. E outras aparecem, como a relação entre racismo e socialismo em geral, não somente o da fase soviética.

No início do curso, para distanciar-se das interpretações economicistas do poder, Foucault opõe Nietzsche a Hobbes ou, melhor, a “hipótese Nietzsche”, o poder analisado em termos de guerra e de luta, à conceituação filosófico-jurídica de Hobbes (cf. Foucault, 1997: 17-19, 30-31). Foucault busca analisar o poder prescindindo do conceito de soberania. Neste contexto, na segunda aula do curso, refere-se às “sociedades de normalização” (Foucault, 1997: 35)⁵ como aquelas nas quais se instalaram os novos mecanismos de exercício do poder, cujo funcionamento é diferente do dispositivo de soberania. Nesta aula, não se faz nenhuma menção ao biopoder e à biopolítica. As sociedades de normalização são aqui somente sociedades disciplinares. Aparece sim, ainda que brevemente, a problemática da medicalização, mas situada no lugar de encontro e confrontação entre soberania e disciplina (cf. Foucault, 1997: 35).

Mais adiante, na aula de 28 de janeiro de 1976, Foucault também aborda a questão do racismo de Estado e suas derivações nazista e soviética no século XX. A tese interpretativa de Foucault coincide com a explicação que encontramos em *La Volonté de savoir*: o racismo moderno, estatal e biológico, origina-se a partir da transformação do direito de soberania nas sociedades de normalização. Fala, inclusive, de uma sociedade onde o poder se serve de “técnicas médico-normalizadoras” (Foucault, 1997:

⁵ Considerando o material publicado até este momento, é a primeira vez que esta expressão aparece nos trabalhos de Foucault.

p. 71), mas, novamente, não fala de biopoder e biopolítica. Na última aula do curso, em 17 de março de 1976, ao contrário, sem abandonar a questão das disciplinas, tanto a medicalização da sociedade como o racismo de Estado são abordados a partir das noções de biopoder e biopolítica.

Não parece certamente razoável afirmar que Foucault descobriu esta problemática entre as primeiras e a última aula de *Il faut défendre la société*. Como vimos, ainda que não utilize o termo, o conceito de biopoder pode ser rastreado em *L'Archéologie du savoir*. O que sugere o desenrolar da exposição de Foucault é que, na última aula, o conceito de normalização se diversifica. O poder normalizador do corpo da população não funciona do mesmo modo que o poder normalizador do corpo dos indivíduos (como veremos, Foucault distinguirá, por isso, normalização biopolítica e normação disciplinar). Por isso, não apenas será necessário distinguir disciplina e soberania, mas também retomar a questão relativa ao funcionamento do poder soberano nas modernas sociedades de normalização em toda sua extensão, isto é, incluindo a biopolítica.

Precisamente, em relação ao poder soberano, Foucault regressa à sua assimetria constitutiva. De maneira mais analítica, fala de um “paradoxo teórico” e de um “desequilíbrio prático”. O paradoxo teórico reside no poder soberano, poder de vida e de morte, que se exerce sobre um sujeito que, por direito, não é vivo ou morto. O sujeito de direito enquanto tal e o respeito de vida e morte é “neutro”. Não é a vida que é neutra (talvez devêssemos dizer nua), mas o sujeito. Apenas pela vontade do soberano “o sujeito tem direito a estar vivo ou o direito, eventualmente, a estar morto”. Para a soberania, a vida e a morte não são “fenômenos naturais, imediatos, de alguma maneira originários ou radicais, que saíram do campo do poder político”. O “desequilíbrio prático” que corresponde a este “paradoxo teórico” consiste em que o

poder soberano sobre a vida somente se exerce através do poder de matar (Foucault, 1997: 214). Trata-se, como dissemos, de um poder de fazer morrer ou deixar viver⁶.

Apesar deste paradoxo e deste desequilíbrio, Foucault observa que a importância política que começa a ter a vida a partir do século XVII pode ser analisada nos debates da época sobre o fundamento filosófico-jurídico da soberania. A questão colocada nestes debates é a de determinar se a vida pode ou não ser objeto do pacto que dá origem à soberania. Porém, seu interesse, sublinha, não é estudar esta crescente importância da vida enquanto teoria política, mas os mecanismos e as técnicas específicos e efetivos com que ela encontra-se investida (cf. Foucault, 1997: 215).

Como dissemos, a hipótese geral deste curso de Foucault era ver se a noção de guerra e, mais precisamente, de guerra de raças (onde o conceito de raça não tem necessária e originariamente um sentido biológico) poderia servir como princípio de inteligibilidade histórica da política. Foucault mostra, de fato, como o foi no discurso político dos séculos XVII e XVIII; porém, com a ideia de nação da época da Revolução, com a ideia de universalidade da nação, a guerra de raças foi eliminada do discurso histórico-político ou, pelo menos, deslocada e mitigada (cf. Foucault, 1997: 193-194, 213). A formação do biopoder tornará possível a reintrodução das noções de raça e de guerra de raça com um novo sentido, desta vez, especificamente biológico. Isto determinará a aparição do racismo moderno, biológico e de Estado.

[...] o racismo, penso, assegura a função de morte na economia do bio-poder, segundo o princípio pelo qual a morte dos outros é o fortalecimento biológico de si mesmo, na medida em que se é membro de uma raça ou de uma população, na medida

⁶ Se nestas referências tenhamos, talvez, exagerado no uso de aspas, isso se deveu à importância que têm estas afirmações no instante de avaliar a recepção italiana da biopolítica de Foucault.

em que se é membro de uma pluralidade unitária e vivente. [...] A especificidade do racismo moderno, o que constitui sua especificidade não está ligado às mentalidades, às ideologias, às mentiras do poder. É o que está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder (Foucault, 1997: 230).

Noutras palavras, o velho direito soberano de poder matar necessita agora ser justificado e exercido biologicamente. Já não é a supressão do inimigo político que está em jogo nesta nova fisiologia do poder de morte do Estado, mas a eliminação da ameaça biológica, da degradação, do anormal. Deste modo, as formas paradoxais do racismo moderno, em suas versões nazista e soviética, foram preparadas pelas teorias evolucionistas da degeneração (cf. Foucault, 1997: 228-229). A respeito do nazismo, assinala Foucault, este novo funcionamento do poder de morte do Estado exige que a própria população esteja universalmente exposta à morte; é somente deste modo que poderá se constituir como uma raça superior. Na sociedade nazista, presenciamos uma “sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que, ao mesmo tempo, generalizou o direito do soberano de matar”; é um “Estado assassino” a ponto de se converter em um “Estado suicida” (Foucault, 1997: 232). O biopoder, a administração da vida biológica da população, e o poder soberano de fazer morrer tornaram-se coextensivos. Entretanto, a reativação na forma biológica do poder de morte do Estado moderno não é uma possibilidade exclusiva nem da sociedade nazista nem das sociedades capitalistas. O racismo, segundo Foucault, também ressurgiu no socialismo, quando, no lugar de se aprofundar na modificação dos processos econômicos como princípio de transformação social, insistiu na luta e na guerra contra o inimigo político ou o adversário de classe (cf. Foucault, 1997: 234-235).

Economia e biopoder

11. O curso dos anos 1977-1978, *Sécurité, territoire, population*, situa-

se em um momento decisivo do percurso intelectual de Foucault: aqui ele introduz e aborda a problemática do governo e da governamentalidade. Desde este momento, depois de ocupar-se de várias hipóteses sobre o funcionamento do poder (a hipótese repressiva, a hipótese Hobbes, a hipótese Nietzsche), Foucault começa a dar forma à sua própria posição. As noções de governo e de governamentalidade situam-se onde a tradição freudo-marxista situava a repressão; a tradição liberal localizava a soberania e a lei; e os nietzscheanos, a guerra e a luta. Por isso, depois da descrição dos dispositivos de segurança e dos novos problemas colocados pela gestão da população urbana, a exposição se desloca para o que, finalmente, constitui o marco geral no qual situará suas pesquisas sobre o poder: a história da governamentalidade⁷. Encontramo-nos, assim, com uma nova ampliação das análises genealógicas de Foucault: não somente da disciplina ao biopoder, mas também do biopoder à governamentalidade.

Na quarta aula, partindo da análise da literatura das artes de governar dos séculos XVI-XVII e da multiplicidade de sentidos que possuía até então o termo “governo”, Foucault se remete à Antiguidade grega clássica, particularmente a Platão, depois avança para a descrição do pastorado cristão e, finalmente, retoma a análise da razão de Estado do século XVII.

Neste contexto, a biopolítica está presente (às vezes de maneira direta e outras de maneira indireta, por meio de notas dos editores) nos dois extremos do percurso. Contudo, se deixarmos de lado as referências indiretas, o conceito de biopolítica aparece apenas três vezes: dois na exposição oral de Foucault (cf. Foucault, 2004b: 23, 124) e outra em uma passagem do manuscrito que não foi lido em aula (cf. Foucault,

⁷ Foucault assinala, inclusive, que o título mais apropriado para o curso não é o proposto e anunciado, *Sécurité, territoire, population*, mas *Histoire de la gouvernamentalité* (cf. Foucault, 2004b: 111-112).

2004b: 124).

Na primeira referência, no início do curso, a biopolítica é relacionada à especificidade dos dispositivos de segurança, diferentes dos dispositivos da soberania e da disciplina. Um dos elementos que caracterizam os dispositivos de segurança é a questão do meio (*milieu*): “um determinado número de efeitos, que são efeitos de massa, e que afetam a todos os que residem nele”. Na relação com o meio, a população aparece como “uma multiplicidade de indivíduos que são e que somente existem profundamente, essencialmente, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem”. A biopolítica se define, então, pela irrupção “do problema da ‘naturalidade’ da espécie humana dentro do meio artificial” (Foucault, 2004b: 23). O primeiro grande teórico da biopolítica, para Foucault, é Jean-Baptiste Moheau (1745-1794), autor de *Recherches et Considérations sur la population de la France* (cf. Foucault, 2004b: 23-24, 29).

A segunda referência ao conceito de biopolítica não concerne à problemática em si mesma, mas à estratégia teórico-política, ao método de análise. Foucault se pergunta se é necessário, para analisar o funcionamento do Estado, colocar-se por fora [*à l'extérieur*] da instituição. Deste modo, trataria de inscrever o Estado no marco geral da governamentalidade (cf. Foucault, 2004b: p. 124). Foucault concluirá dizendo que o Estado é finalmente uma “peripécia da governamentalidade” (Foucault, 2004b: p. 253). Este colocar-se por fora foi, de fato, a estratégia que seguiu para estudar as técnicas de segregação a respeito da psiquiatria, das disciplinas a respeito das instituições penais e da biopolítica a respeito das instituições médicas (Foucault, 2004b: p. 124).

12. O curso do ano seguinte se situa inteiro na perspectiva da história da governamentalidade e, mais precisamente, da racionalidade governamental moderna do liberalismo e do neoliberalismo. Para Foucault, “somente quando soubermos o que foi este regime governamental chamado

liberalismo poderemos compreender o que é a biopolítica” (Foucault, 2004a: p. 24). Este não é, certamente, o lugar para reconstruir a análise foucaultiana do liberalismo e do neoliberalismo; tampouco podemos prescindir de algumas considerações a seu respeito. Não apenas porque são necessárias, segundo as assinalações de Foucault, mas para compreender a biopolítica; também porque, se não se leva em consideração esta análise, é impossível avaliar adequadamente os desenvolvimentos das biopolíticas pós-foucaultianas. Por isso, deter-nos-emos nas teses que, a nosso ver, resultam mais relevantes para estes propósitos: são as que concernem às diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, à relação entre economia e soberania, e à interpretação do nazismo.

13. Em primeiro lugar, é necessário considerar que Foucault não se interessa pelo liberalismo como uma teoria simplesmente econômica, mas como a forma histórica, talvez a mais importante⁸, da racionalidade política moderna. Para Foucault, o liberalismo é sobretudo uma prática político-antropológica (cf. Foucault, 2004a: 23-24) que começa a desenvolver-se desde o momento em que o mercado se converte em um mecanismo de verificação.

Durante a Idade Média, sustenta Foucault, o mercado era fundamentalmente um lugar de justiça, objeto de múltiplas regulamentações para estabelecer, por exemplo, o preço justo dos produtos ou para sancionar a fraude. A partir do século XVIII, o mercado deixa de ser um espaço de jurisdição e se converte em um espaço natural que funciona segundo seus próprios mecanismos. Deste modo, os preços, de acordo com o jogo natural do

⁸ Foucault a considera a mais importante, a ponto de afirmar que não existe uma razão governamental socialista. Por isso, não há uma alternativa liberalismo ou socialismo: “O socialismo não é a alternativa do liberalismo. Não são do mesmo nível, mesmo quando há níveis em que se chocam, onde não funcionam juntos. Daí decorre sua possibilidade de simbiose deplorável” (Foucault, 2004a: 95).

mercado, servirão para mostrar quais são as práticas governamentais corretas e quais não são. Por isso, o que toma forma no século XVIII é mais que um liberalismo, é um naturalismo. Nos fisiocratas, como em Adam Smith, mais que a liberdade jurídica, o que aparece é a espontaneidade ou o mecanismo intrínseco dos processos naturais (cf. Foucault, 2004a: 33, 65). Deste modo, servindo-se do mercado como lugar natural de veridicção, os liberais clássicos buscavam limitar as práticas da razão de Estado.

O problema central do liberalismo clássico do século XVIII era tomar o mercado como princípio de limitação e de organização do Estado. Colocavam o Estado sob a tutela do mercado. O mercado, cujo motor essencial era o intercâmbio, não devia ser distorcido pelas intervenções estatais. Eis o princípio do *laissez-faire*. Os neoliberais, por sua vez, consideram ingênua esta concepção naturalista do mercado (cf. Foucault, 2004a: p. 123). Para eles, de um lado, o mercado não deve ser concebido em termos de intercâmbio e de equivalências, mas em termos de competência e, portanto, de desigualdade. Isto é possível somente se existirem determinadas condições que não se dão de maneira natural, mas artificialmente. Para os neoliberais, “deve-se governar para o mercado, mais que governar por causa do mercado” (Foucault, 2004a: 125).

A aula de 14 de fevereiro de 1979 de *Naissance de la biopolitique*, cujas teses centrais retomaremos noutra ocasião, está dedicada, precisamente, a aprofundar as diferenças entre o liberalismo clássico do século XVIII e o neoliberalismo alemão do século século XX. Três deslocamentos marcam, segundo Foucault, a especificidade do neoliberalismo: o abandono do *laissez-faire*, a interpretação da dinâmica dos monopólios e a questão das políticas adequadas para a intervenção do Estado.

De um lado, para os neoliberais, é necessário separar a economia de mercado do *laissez-faire*. O Estado é responsável pela atividade econômica e deve criar as condições jurídicas para o funcionamento do

mercado. De outro lado, enquanto para o liberalismo e a teoria econômica clássicos os monopólios formavam parte da natureza dos processos econômicos, pois, sustentavam e levavam a competição inevitavelmente a eles, para o neoliberalismo, ao contrário, eles não formam parte da lógica econômica. São alheios ao processo econômico, não são o ponto de chegada inevitável do desenvolvimento da competição; mas, ao contrário, um fenômeno arcaico, vinculado aos privilégios acordados pelo Estado com determinadas corporações: são uma consequência do protecionismo alfandegário das políticas nacionais.

A respeito das políticas consideradas adequadas pelos neoliberais alemães, é necessário distinguir, sublinha Foucault seguindo uma terminologia introduzida por Walter Eucken, entre ações reguladoras e ações ordenadoras. As ações reguladoras têm como objetivo o controle da inflação. Mediante políticas fiscais, de poupança ou de investimento, seu objetivo é reduzir, segundo o caso, os custos ou os lucros. As políticas ordenadoras, por sua vez, não buscam intervir sobre a situação do mercado, mas sobre as condições fundamentais da economia, as que fazem com que um mercado seja possível: os solos, as condições culturais, técnicas ou jurídicas, etc..

Por isso, os neoliberais (diferente dos economistas do New Deal que propunham uma socialização do consumo mediante mecanismos de redistribuição de renda) propõem uma política social individual, não socialista. Isto significa, sobretudo, que, em vez de pedir à sociedade que proteja os indivíduos dos riscos que podem ameaçá-lo (enfermidades, acidentes, etc.), busca-se que cada indivíduo possa capitalizar-se para fazer de si mesmo uma frente ante estes possíveis riscos (cf. Foucault, 2004a: 149).

Por estas razões, segundo Foucault, o neoliberalismo não é, propriamente falando, uma forma de governar respeitando as leis naturais da economia, como pensavam os fisiocratas; é, sobretudo, uma forma de governo da

sociedade. O neoliberalismo é o que se poderia chamar um “liberalismo sociológico”. “O *homo oeconomicus* que vemos se constituir, não é o homem do intercâmbio, não é o homem do consumo, é o homem da empresa e da produção” (Foucault, 2004a: 151-152), o homem competitivo. O objetivo do neoliberalismo é o que se poderia denominar, segundo uma expressão de F. W. von Rüstow, sua *Vitalpolitik* (política vital), na qual a trama social tem a mesma forma que a empresa (cf. Foucault, 2004a: pp. 153-154). Por isso, no neoliberalismo, mais do que no liberalismo clássico, o que está em jogo é o governo da vida dos homens: a sociedade em seu conjunto e seus membros individualmente devem se comportar como uma empresa.

14. A respeito da concepção neoliberal das relações entre economia e soberania, Foucault parte do discurso de 28 de abril de 1948 de Ludwig Erhard, que retoma as conclusões do documento do Conselho Científico encarregado de dirigir o processo econômico da reconstrução alemã. O objetivo político do discurso de Erhard ante a Assembleia de Frankfurt foi argumentar a ilegitimidade de um governo que não respeita as liberdades individuais. Segundo Erhard, “somente um Estado que estabelece as liberdades e as responsabilidades dos cidadãos pode falar em nome do povo” (Foucault, 2004a: 83). A expressão de Erhard, assinala Foucault, não questiona a responsabilidade do Estado nazista, mas sua representatividade. Disto decorre, para Erhard, que a liberdade e o crescimento econômico produzem a soberania política. A economia aparece, assim, como criadora de direito público, do novo direito público e, ao mesmo tempo, permite estabelecer uma ruptura com as formas institucionais do regime nazista (Foucault, 2004a: 86-87). O problema do neoliberalismo aparece, assim, como exatamente inverso ao que havia afrontado o liberalismo clássico da época dos fisiocratas. Para estes, já existia um Estado e o problema era como colocar limites através da economia. Para o neoliberalismo alemão,

ao contrário, o problema é como legitimar um Estado a partir da economia.

Na perspectiva teórica aberta pelo neoliberalismo alemão, em primeiro lugar, e americano, depois, colocam-se dois problemas fundamentais: o da aplicabilidade do modelo de análise econômica e o da identificação do objeto da análise econômica. Em termos gerais. A respeito do objeto de análise, pode-se dizer que este deve ser identificado com “toda conduta finalizada que implica, em geral, uma escolha estratégica de meios, de vias e de instrumentos” (Foucault, 2004a: 272). Em definitivo, o objeto da economia é toda conduta racional. Foucault observa que alguns teóricos, como Gary Becker, estendem, entretanto, mais o alcance do objeto no âmbito de inteligibilidade econômica; abarcando não apenas as condutas racionais, mas também as irracionais. Segundo a concepção de Becker, a economia se ocupa de toda conduta de quem aceita a realidade, de toda conduta que responda de modo sistemático às modificações variáveis do meio. A economia será definida, então, “como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do meio” (Foucault, 2004a: 273). Por isso, o *homo oeconomicus*, sublinha Foucault, é aquele iminentemente governável. Para mostrar esta relação entre economia e governamentalidade, Foucault remonta às origens da noção de interesse na filosofia política inglesa, em particular na de Hume. Sua preocupação é mostrar como, para além das interpretações como a de Blackstone, existe uma radical incompatibilidade entre a teoria do contrato e a teoria do interesse (cf. Foucault, 2004a: p. 280). Na concepção jurídica do contrato, a obrigação e o dever implicam uma forma de transcendência: o sujeito de direito está submetido à obrigação e ao dever. Na concepção antropológico-econômica do interesse, por sua vez, o sujeito não obedece ao contrato por obrigação, mas simplesmente por interesse. Desta heterogeneidade, segundo Foucault, segue outra que vai mais longe, que concerne à relação do sujeito de direito, o *homo juridicus*, e o sujeito de interesse, o *homo oeconomicus*, com o poder político. O *homo oeconomicus*, nas ações que leva a cabo por interesse,

está duplamente submetido ao involuntário: seu interesse depende de uma quantidade de fatores e circunstâncias que tem, muitas vezes, um caráter acidental; de outro lado, tampouco sabe em que e como, perseguindo seu interesse, beneficia aos outros. Noutras palavras, o *homo oeconomicus* não tem acesso à totalidade.

No âmago desta problemática se situa a noção de mão invisível de Adam Smith. A esse respeito, sublinha Foucault: “se insiste sempre sobre o elemento ‘mão’, isto é, sobre o fato de que haveria algo como uma providência que ataria o conjunto dos fios dispersos. Mas creio que o outro elemento, o da invisibilidade é, pelo menos, igualmente importante. [...] A invisibilidade é absolutamente indispensável. É uma invisibilidade que faz com que nenhum agente econômico deva ou possa buscar o bem coletivo” (Foucault, 2004a: 283). Para Foucault, esta invisibilidade afeta não somente os sujeitos econômicos, mas também os sujeitos políticos, em particular o soberano. Este tampouco pode ter um ponto de vista totalizador sobre a economia. Não há soberano econômico. A incognoscibilidade da totalidade do processo funda a economia como ciência; por isso, “a economia é uma disciplina atea; a economia é uma disciplina sem Deus, a economia é uma disciplina sem totalidade” (Foucault, 2004a: 285-286). Entre a estratégia conceitual do pensamento jurídico do século XVIII — que busca, partindo dos sujeitos de direito, chegar à constituição de uma unidade política definida pela existência de um soberano que detem uma parte da totalidade dos direitos dos indivíduos — e a economia política, há uma radical incompatibilidade. Foi possível uma economia política, mas não uma ciência econômico-jurídica (cf. Foucault, 2004a: 286).

15. Como dissemos, as referências à biopolítica são poucas neste curso dos anos 1978-1979. Foucault, de fato, nunca a aborda diretamente, limita-se a assinalar a necessidade de inscrevê-la no marco geral de uma história da governamentalidade. A relação entre economia e soberania, o

significado do Estado moderno e de sua dimensão histórica, o advento das formas totalitárias são alguns dos tópicos abordados por Foucault como parte da etapa moderna e mais recente desta história. Duas observações a respeito nos parecem necessárias.

Em primeiro lugar, em relação à importância e à amplitude concedidas neste curso à economia e, mais especificamente, ao liberalismo e ao neoliberalismo, podemos perguntar se esta necessidade de inscrever a biopolítica na história da governamentalidade e abordá-la a partir das análises econômicas do liberalismo e do neoliberalismo não representa uma certa contradição ou, pelo menos, uma guinada no pensamento de Foucault. No início de *Il faut défendre la société*, Foucault deixara de lado as concepções jurídica e marxista do poder acusando-as de “economicismo”. Para a teoria jurídica, o poder era uma espécie de mercadoria; para a teoria marxista, este somente seria explicado a partir da subordinação da política à economia. Foucault, por isso, propunha levar adiante, ainda que fosse só como hipótese, “uma análise não econômica do poder” (Foucault, 1997: 14-15).

Em nosso modo de ver, a categoria de governamentalidade não contradiz este propósito. Com a categoria de governamentalidade, Foucault não subordinou a política à economia, mas fez o contrário. Nem o liberalismo nem o neoliberalismo, Foucault insiste várias vezes sobre isso, são analisados enquanto teorias econômicas, mas como práticas governamentais.

Em segundo lugar, sobre as biopolíticas pós-foucaultianas, elas retomaram algumas teses de Foucault sobre o biopoder, mas as inscreveram em um marco hermenêutico diferente do esboçado na história da governamentalidade de *Sécurité, territoire, population* e de *Naissance de la biopolitique*. Em outro contexto interpretativo, estas teses terão um sentido diferente.

Tradução do espanhol por Edson Passetti.

Bibliografia

- AGANBEM, Giorgio (1995). *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi.
- FOUCAULT, Michel (1969). *L'Achéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- _____ (1976). *Histoire de la sexualité 1. La Volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- _____ (1994). *Dits et écrits*. Paris: Gallimard
- _____ (1997). *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris: Gallimard.
- _____ (2004a). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard.
- _____ (2004b). *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Gallimard.
- KANT, Immanuel (1972). *Kants Werke. Bd. 7, Der Streit der Fakultäten*. Berlin: de Gruyter.